

A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS DE ARQUITETURA DO NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – UFRJ

THE ORGANIZATION OF ARCHIVAL INFORMATION IN THE ARCHITECTURAL RECORDS OF THE RESEARCH AND DOCUMENTATION CENTER OF THE COLLEGE OF ARCHITECTURE AND URBANISM – UFRJ, BRAZIL.

Claudio Muniz Viana
Arquivista.

Mestrando em Ciência da Informação - UFF
Sistema de Bibliotecas e Informação / Faculdade de Arquitetura - UFRJ
munizviana@fau.ufrj.br

Resumo

Esse artigo analisa a aplicação de técnicas e metodologias arquivísticas no tratamento de arquivos de arquitetura custodiados pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aponta as reflexões teóricas e iniciativas da comunidade arquivística nacional e internacional em torno dos conceitos e especificidades dos arquivos de arquitetura. A partir da perspectiva da arquivologia, e levando em conta as peculiaridades dos documentos arquivísticos originários das funções exercidas pelo arquiteto, enfoca problemas e dificuldades na realização da organização e recuperação de informação. Discute a aplicação dos princípios arquivísticos de respeito à ordem original e proveniência em arquivos de arquitetura.

Palavras-Chave: Arquivos de arquitetura. Arquivos especializados. Documentos Cartográficos.

1 INTRODUÇÃO

A discussão proposta neste artigo origina-se das observações das atividades cotidianas de gestão e de organização da informação arquivística em arquivos de arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), especificamente as atividades realizadas pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (NPD/FAU).

Inicialmente, discutiremos os conceitos que norteiam *arquivos*, enfatizando as releituras que alguns autores da área arquivística vêm realizando nesse campo específico. Em seguida, nos deteremos, especificamente, nas reflexões em torno da aplicação dos princípios de ordem original e respeito aos fundos de arquivo no tratamento arquivístico em arquivos de arquitetura.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).
DOI 10.5007/1518-2924.2011v16nesp1p23

Como marco empírico, esta pesquisa abrangerá documentos ligados aos fundos: Affonso Eduardo Reidy (AER) e Jorge Machado Moreira (JMM) custodiados pelo NPD/FAU. Esses fundos apresentam características reveladoras das peculiaridades do tratamento arquivístico em arquivos de arquitetura.

O processo de pesquisa foi compreendido pela observação *in loco*, através de uma análise documental, buscando identificar os procedimentos adotados na gestão, organização e recuperação da informação; o contexto de produção da documentação; as intervenções realizadas para sua organização; as tipologias e os gêneros documentais.

2 CONCEITOS DE ARQUIVO

Um documento é a menor unidade de informação registrada com significado próprio. **Nem toda informação que pode ser recuperada sob forma documental é um documento de arquivo.** Documentos arquivísticos são diferenciados de outros documentos pelos motivos de sua criação. Diferentes de livros em uma biblioteca, que são produtos de uma atividade de coleção consciente, documentos arquivísticos têm em comum o fato de que estão vinculados ao processo pelos quais foram gerados. (THOMASSEM, 2006, p. 6, grifo nosso).

Muitos autores são unânimes quando se trata de diferenciar os documentos de arquivos de outros documentos armazenados ou colecionados em bibliotecas e museus. Sem dúvida, muitos gêneros documentais custodiados por arquivos também podem existir em bibliotecas e museus, contudo o tratamento que lhes é aplicado é bastante diferente. Um documento impresso, por exemplo, poderia ser custodiado por uma biblioteca, mas, sob determinadas circunstâncias, poderia adquirir ou ter características de documento arquivístico. Segundo Schellenberg (2004, p. 43), “[...] é o caso, por exemplo, de jornais recebidos por uma administração em consequência de uma atividade oficial, ou de impressos, folhetos ou circulares, quando anexados aos documentos oficiais [...]”

Diferenciar arquivos de coleções, por exemplo, uma prática comum de arquivistas, está explicitada, já em 1898, pelo trio holandês: Samuel Muller, Johan Feith, e Robert Fruin, os quais elaboraram o pioneiro manual de arranjo e descrição:

O arquivo, portanto, não é criado arbitrariamente, à maneira das coleções de manuscritos, [...]

O arquivo é, ao contrário, um todo orgânico, um organismo vivo que cresce, se forma e sofre

transformações segundo regras fixas. Se as funções da entidade se modificam, modifica-se, concomitantemente, a natureza do arquivo. O arquivista, pois, não pode estabelecer a *priori* as normas relativas à composição, arranjo e formação do arquivo, mas somente estudar o organismo e fixar as regras consoantes das quais este foi criado. Cada arquivo possui, por assim dizer, personalidade própria, individualidade peculiar, com a qual é *mister* que se familiarize o arquivista, antes de proceder à sua ordenação. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 18)

As definições de arquivo apontam sempre para uma relação orgânica que nasce em decorrência das atividades e funções realizadas pela pessoa ou instituição que produziu o documento arquivístico. Essa relação orgânica não está presente, por exemplo, em uma coleção, a qual deve ser considerada um conjunto de documentos reunidos intencionalmente por suas características comuns, não possuindo em hipótese alguma características orgânicas.

Para Thomassem (2006), os arquivistas devem saber diferenciar os documentos que estão ligados diretamente ao seu fazer profissional e em que se diferenciam de coleções e outros tipos de documentos típicos de bibliotecas.

A informação contida nos arquivos é uma grande reveladora das tramas de relações orgânicas e funcionais da instituição ou pessoa que produziu o documento. Contudo, a manutenção da ordem original passa a ser uma condição *sine qua non* para que ela possa ser revelada. Indubitavelmente, uma reorganização do arquivo que ignore esse princípio, que tem sido um norteador do fazer arquivístico, transformará um arquivo composto organicamente em uma coleção.

Como analisa Duranti (1994), os registros documentais arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados naturalmente em função de objetivos práticos e dotados de um elemento de coesão espontânea. São ligados por um elo estabelecido no momento em que são produzidos, sem o qual não existiriam como tal.

Como se pode perceber na literatura, a definição de *arquivo* vem sofrendo transformações a partir da segunda metade do século XX, e isso se deve a dois pontos básicos: o uso extensivo de novos suportes e o surgimento dos princípios da gestão de documentos. Atualmente, no Brasil, a definição mais representativa desse termo vem da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, considerada um grande avanço para a política de arquivos no Brasil. (FONSECA, 1998).

Em relação ao uso extensivo de novos suportes, principalmente de documentos em meio digital, têm sido influentes também reflexões em torno dos próprios conceitos consagrados pela arquivística tradicional. Um dos autores que representam essa nova corrente é Terry Cook. Segundo esse autor:

[...] os princípios arquivísticos não foram estabelecidos para sempre, e sim, como a visão da própria história, ou da literatura e da filosofia, refletem o espírito de seu tempo, sendo reinterpretados pelas sucessivas gerações. A ciência arquivística, ou a teoria tradicional da arquivística, não são, apesar do que alguns arquivistas de documentos ainda gostam de afirmar, nem verdade universal, nem realidade fundamental aplicável a todas as circunstâncias e meios arquivísticos em qualquer tempo e lugar. (COOK, 1998, p. 6).

Cook (1998) contesta a neutralidade do arquivista perante a avaliação, organização e descrição de arquivos, além de afirmar que atualmente o arquivista não lida mais com noções de fundo fechado e aberto como antigamente. Para ele, a abordagem arquivística tradicional é incapaz de lidar com essa nova realidade, visto que foi formulada em um momento histórico em que não existia tal realidade.

Refletir sobre os conceitos, princípios e noções em torno de *arquivo* é indispensável para a compreensão do sentido da produção documental de um campo especializado, como é o caso dos arquivos de arquitetura. Nesses arquivos, há uma grande tradição de se considerar os conjuntos documentais como coleções, o que, em certos casos, pode trazer perda irreparável de informação arquivística. E também são compostos de documentos com formatos físicos e representações gráficas que dificultam a organização e o tratamento documental arquivístico.

3 ARQUIVOS DE ARQUITETURA

Geralmente, quando um profissional da área arquivística se depara com documentos de arquitetura, num primeiro momento, o tratamento diferenciado que lhes é dado restringe-se à peculiaridade desses documentos: suas grandes dimensões. Nesse sentido, as plantas em grandes dimensões são geralmente tratadas semelhantemente aos mapas, o que é um equívoco.

Fillion (1998, p. 229) faz um estudo comparativo entre mapas e plantas, demonstrando que possuem características comuns e isso é o motivo de serem tratados semelhantemente em arquivos:

É verdade que a informação veiculada por um mapa geográfico difere da de um plano de construção, mas ambos partilham de características comuns e é por isso que os serviços de arquivo os tratam muitas vezes de maneira idêntica. Os documentos cartográficos e os documentos arquitetônicos caracterizam-se pelo formato geralmente de grande dimensão e pelo desenho com escala [...].

Uma grande parte da literatura define um arquivo de arquitetura como um agrupamento de documentos, formado por coleção de mapas, plantas e desenhos acompanhados de documentos textuais. No entanto, coleções de documentos podem ser conservadas em arquivos, mas normalmente são custodiadas por bibliotecas ou museus. (CRUCES BLANCO, 2004).

A acumulação e produção da documentação arquitetônica, em um arquivo especializado de arquitetura, reside na realização de rotinas, funções e atividades, principalmente desempenhadas por um arquiteto, o qual elabora e executa um projeto arquitetônico.

O projeto de arquitetura pode ser considerado o ponto central da produção documental, decorrente das atividades ligadas à arquitetura, os quais podem incluir uma enorme variedade de documentos gráficos criados no processo de projetar ou construir um edifício.

De acordo com o *Dicionário Ilustrado de Arquitetura* (ALBERNAZ; LIMA, 2000), o projeto arquitetônico é composto de desenhos, de textos que compõem a representação gráfica da obra e de sua maquete. Além disso, possui três etapas: o estudo preliminar, o anteprojeto e o projeto de execução. O estudo preliminar é a etapa que consiste numa configuração inicial da construção proposta, contendo, em geral, desenhos de plantas de situação, plantas baixas, cortes e fachadas, acompanhados de um memorial descritivo. O memorial descritivo é um documento textual que complementa a representação gráfica do projeto arquitetônico e tem como finalidade justificar critérios adotados e elucidar aspectos estruturais, construtivos e de funcionamento da solução proposta. O anteprojeto é a etapa intermediária do projeto arquitetônico que consiste em uma configuração definitiva da construção proposta. O projeto de execução é a etapa final do projeto arquitetônico, que consiste no desenvolvimento do anteprojeto aprovado pelas autoridades municipais, contendo todas as informações arquitetônicas necessárias à construção do edifício, contendo planta de situação, planta de locação, plantas baixas, cortes, fachadas e detalhes.

Os desenhos do projeto arquitetônico quase sempre seguem certas convenções gráficas e são desenhados em escala. Os arquitetos utilizam um dos quatro tipos básicos de representação, cada qual tendo variações numerosas: plantas, cortes, elevações e perspectivas. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000).

A planta, em geral, é o tipo de representação mais conhecida por profissionais ligados diretamente a arquivos de arquitetura:

[...] Em uso comum, todos os documentos gráficos produzidos por arquitetos são geralmente chamados de plantas. Estritamente falando, este termo designa uma representação de uma edificação inteira ou uma parte da estrutura no nível horizontal dado. Ela é, na verdade, uma seção horizontal, normalmente feita a um metro do nível do chão, mostrando janelas e portas abertas. Frequentemente, uma planta é preparada para cada nível (subsolo, térreo, sótão e outros pavimentos). Para edifícios com muitos pavimentos, plantas de pavimento-tipo podem ser criadas. Essas plantas são usadas, com algumas pequenas diferenças, para todos os níveis, entre o mais baixo e mais alto pavimento do edifício [...] (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p. 30, tradução nossa).

Os desenhos e plantas de arquitetura representam a ideia e a concepção de um arquiteto para a construção da obra (FILLION, 1998).

4 O NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO / UFRJ

O núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) é uma unidade orgânica, vinculada ao Departamento de Projetos de Arquitetura (DPA) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/ UFRJ), criado em 14 de abril de 1982.

O NPD possui um acervo composto por arquivos de significativos expoentes da arquitetura moderna e contemporânea brasileira, além de coleções provenientes da Escola Nacional de Belas Artes, Faculdade Nacional de Arquitetura e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Destacam-se os acervos de importantes arquitetos da arquitetura moderna brasileira como: Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão, Francisco Bologna, MMM Roberto, Severiano Mário Porto, Morales de los Rios, Rolf Werner Hüther, Ulysses Burlamaqui, Gastão Bahiana, Aldary Henriques Toledo, Stélio Alves de Souza, dentre outros. É um acervo constituído por plantas, desenhos, mapas, fotografias, negativos em acetato e vidro, diapositivos, peças tridimensionais, documentos textuais, quadros emoldurados, painéis, periódicos e livros sobre arquitetura e arte. O tema predominante é o da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil. Dado o valor artístico e histórico que possuem, esses arquivos e

coleções servem tanto como auxílio e subsídio à formação dos graduandos em arquitetura, quanto como material inédito de pesquisa para pós-graduandos e pesquisadores da área. A concentração da produção profissional e intelectual de vários ícones da arquitetura brasileira em uma única instituição torna esse acervo um patrimônio arquivístico da arquitetura brasileira.

A maior parte desses arquivos e coleções foram incorporados ao NPD através de doação, embora muitos deles originem-se de um “acervo pedagógico”, criado ao longo dos anos pela retenção dos exemplares na própria UFRJ, como é o caso das coleções dos alunos da Escola Nacional de Belas Artes — ENBA, da Faculdade Nacional de Arquitetura — FNA, e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo — FAU.

O fato do NPD estar vinculado a uma instituição universitária, de excelência de ensino e pesquisa reconhecida nacionalmente, contribui para o estabelecimento de uma base de confiança favorável às doações dos arquivos privados de arquitetura. Esse ambiente de confiança, juntamente com uma política de convencimento e persuasão, faz com que ícones da arquitetura brasileira encontrem no NPD um “lugar de memória” para conservar e dar acesso aos seus arquivos.

Assim, nos últimos anos, alguns arquivos de arquitetura de grande relevância para a arquitetura e urbanismo do Brasil foram confiados à custódia do NPD. Dentre eles, destacadamente o arquivo do arquiteto Severiano Mário Porto, um arquiteto com intensa atividade profissional na região amazônica. E os arquivos do Escritório de Arquitetura MMM Roberto, um dos escritórios de arquitetura de maior atuação no Brasil, composto de documentos de diversas obras pioneiras da arquitetura moderna, como por exemplo, o Aeroporto Santos Dumont (1937), a Associação Brasileira de Imprensa (1936) e a sede da bolsa de valores do Rio de Janeiro (1979).

4.1 Fundos Jorge Machado Moreira e Affonso Eduardo Reidy

O fundo Jorge Machado Moreira (JMM) é constituído por documentos relativos ao percurso profissional de um dos mais importantes arquitetos modernistas brasileiros do século XX.

No período que trabalhou na Universidade do Brasil, coordenou a elaboração do plano geral da Cidade Universitária (Ilha do Fundão, Rio de Janeiro), que foi considerada sua maior realização profissional. Em período anterior, na década de 30 e 40, concebeu vários projetos

de arquitetura para construção de sanatórios, residências, edifícios residenciais, comerciais e administrativos. O fundo JMM é composto por plantas de arquitetura (fachadas, perspectivas, cortes, plantas-baixas, elevações, croquis etc.), fotografias, produzidos entre 1932 e 1968.

Outro importante arquiteto brasileiro, Affonso Eduardo Reidy, considerado um dos pioneiros da habitação social no Brasil, compõe o fundo ERA, que é formado por plantas de arquitetura (fachadas, perspectivas, cortes, plantas-baixas, elevações, croquis, etc.), fotografias, negativas e documentos pessoais, produzidos entre 1927 e 1962.

Uma importante característica da documentação oriunda das atividades realizadas por Reidy é a grande dispersão dessa documentação, que é custodiada por várias instituições, pelo Rio de Janeiro. Normalmente, os arquivos de arquitetura, quando são recolhidos por instituições arquivísticas, chegam incompletos, e essa dispersão pode ser uma das causas. Aliás, essa situação vem sendo frequentemente apontada por diversos autores, dentre os quais, Nieuwenhuyusen e Peyceré (2000, p. 22, tradução nossa): “Raramente, os arquivos de arquitetos se encontram completos. A preservação do arquivo de arquitetos depende de muitos fatores, incluindo o rumo de sua profissão [...]”

Já, segundo Blanco ([s.d], p. 60):

A dispersão de fundos relacionados com o mundo da construção, em arquivos estatais, regionais e locais, bem como os distintos organismos, empresas e associações profissionais reclama, também, a necessidade de um fórum de discussão entre os diversos responsáveis por estes organismos e que permita coordenar os aspectos relativos à sua catalogação e conservação.

Assim, uma forma de superar a dispersão documental, como a que ocorre com a documentação produzida por arquitetos, que dificulta o trabalho de pesquisadores em uma investigação histórica mais aprofundada, seria a intensa colaboração entre as instituições que possuem a custódia desses acervos, para a produção de um guia interinstitucional de fontes de arquitetura e de um protocolo comum de comunicação entre as suas bases de dados.

5 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

As técnicas e metodologias utilizadas pelos arquivistas para a organização de arquivos tomam por base os princípios teóricos da arquivística.

Rosseau e Couture (1998, p. 95) consideram, por exemplo, que “não se pode, pois, desempenhar tarefa de arquivista sem recorrer ao princípio da proveniência, sem o qual não pode haver fundo de arquivo.”

Ainda, segundo Rosseau e Couture (1998), o princípio da proveniência deve ser considerado em dois graus: o primeiro grau refere-se ao fundo ser considerado como uma entidade distinta; o segundo exige que os documentos do fundo ocupem um determinado lugar respeitado ou reestabelecido, caso a ordem original tenha sido modificada. E no caso de inexistir um quadro de classificação, o arquivista deve escolher conservar a ordem existente, tentar reconstituir a ordem original ou aplicar outra ordem. O princípio da proveniência seria o único meio de garantir o pleno valor de testemunho dos documentos de um fundo de arquivo, além de eliminar qualquer possibilidade de dispersão documental, que resultaria em perda irremediável de informação contextual.

Embora o princípio do respeito aos fundos de arquivos seja reconhecido como uma grande ferramenta na organização de arquivos, sua aplicação tem gerado dúvidas frequentes.

Em arquivos de arquitetura, como em qualquer outro arquivo, esse princípio é aplicado de forma que os documentos que tenham relações orgânicas entre si sejam mantidos agrupados. Por exemplo, a partir da elaboração do projeto arquitetônico, várias atividades correlatas são desencadeadas e conseqüentemente produzem documentos que comprovam e relatam a realização das suas etapas. Essa documentação produzida somente possui significado quando é mantida nesse contexto de produção, ou seja, quando respeitamos a proveniência e a ordem original, podemos compreender o significado administrativo e histórico da documentação.

Para Rosseau e Couture (1998, p. 82):

No momento de organizar documentos que serão conservados permanentemente devido ao seu valor de testemunho, o arquivista terá apenas de respeitar a ordem dos documentos já estabelecida. Não tem nada que criar outra ordem que misture os fundos ou que modifique a sua ordem interna.

Contudo, nesses arquivos que, em sua maioria, sofrem rupturas ao longo de sua história, há uma grande dificuldade de manter a ordem original da produção dos mesmos. Essa situação faz com que muitos arquivos de arquitetura ainda sejam organizados tematicamente, descontextualizados do restante da documentação com a qual foram produzidos, trazendo à tona um índice de recuperação informacional muito menor do que se estivesse junto ao conjunto documental com o qual foram produzidos.

De acordo com Cruces Blanco (2004), essa ruptura também tem sido influenciada pelo fato de grande parte dos documentos gráficos que compõem um arquivo de arquitetura ser tratada como um objeto artístico. E esse tem sido um dos pretextos para separá-los do seu contexto orgânico de produção.

Sem dúvida, o documento gráfico de um projeto de arquitetura pode ser visto como uma obra de arte e há vários documentos que realmente são, mas isso não significa que podem ser separados do restante da documentação. O valor artístico da documentação deve ser visto como mais uma qualidade dessa documentação.

A concepção de um arquivo de arquitetura obedece à ordem de produção dessa documentação. A manutenção dessa ordem interna do documento arquivístico possibilita, no futuro, a compreensão da história da trajetória profissional do arquiteto.

Se os documentos são produtos de atividades e funções desempenhadas por uma instituição, pessoa ou família, a alteração na ordem original dada pelo seu produtor acarretará em prejuízo de inteligibilidade da informação que os mesmos contêm. Entretanto, Schellenberg (2002, p. 266) abre uma exceção na manutenção dessa ordem: “Pode-se abrir uma exceção à regra de se preservarem os documentos na ordem original, no caso dessa ordem ser difícil de determinar ou de ser manifestamente má.”

É característico, em arquivos de arquitetura, haver uma *incompletude documental*, presente no momento em que são recolhidos para uma instituição arquivística. Essa questão foi apontada no I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura, em Alcalá de Henares(2004). Isso se deve, em parte, às características dessa documentação e das atividades do próprio arquiteto.

As atividades realizadas pelo arquiteto fazem com que ele atue em diversos projetos para obras públicas e privadas ou para concursos de arquitetura, seja trabalhando em sociedades com outros arquitetos, em escritórios técnicos, seja trabalhando em instituições públicas. Tudo isso tende a dispersar ou a duplicar a documentação que se refletem essas atividades em locais distintos.

Os fundos AER e JMM possuem essa característica. O arquiteto Affonso Eduardo Reidy, ao longo de sua trajetória profissional, realizou projetos de arquitetura e urbanismo como profissional liberal e como funcionário da Prefeitura do Distrito Federal, o que pode explicar a dispersão do seu acervo por instituições diversas no Rio de Janeiro. Em análise detalhada

desse fundo, verifica-se que nenhum dos projetos de arquitetura, identificados como séries documentais, estão completos.

Ao serem doados ao NPD, os arquivos de Affonso Eduardo Reidy e Jorge Machado Moreira não se apresentavam classificados ou com algum instrumento de pesquisa que auxiliasse na identificação dos conjuntos documentais. As plantas, os croquis e os estudos preliminares dos projetos de arquitetura, em sua maioria, possuíam alguma identificação que possibilitou, posteriormente, a manutenção da proveniência e da ordem original.

A organização física dos documentos relativos às construções de edifícios, habitações e planos de urbanização foi realizada com o agrupamento dos documentos pertencentes a cada projeto. Esse tipo de metodologia é defendido por Fillion (1998, p. 230):

Os desenhos e os planos de arquitetura devem, na medida do possível, ser classificados e ordenados por projeto, o mesmo acontecendo com cada uma das folhas, consoante à numeração dada pelo arquiteto ou o engenheiro, e, caso não haja numeração, conforme a sua ordem de realização.

Contudo, certos documentos possuem características físicas que não permitem a aplicação dessa metodologia. Por exemplo, as fotografias, negativos de acetato e vidro, relacionados aos projetos de arquitetura, devem ser armazenados em local diferente do local das plantas do mesmo projeto arquitetônico. As próprias plantas produzidas no decorrer da elaboração do projeto de arquitetura também possuem peculiaridades que inviabilizam o uso dessa metodologia “ao pé da letra”. O estudo preliminar, o anteprojeto e o projeto de execução geram plantas com diferentes dimensões e suportes físicos, que devem ser armazenadas separadamente das outras do mesmo projeto. A separação de documentos resultantes de um mesmo projeto gera uma ruptura que deve ser remediada com a criação de uma estrutura lógica que recrie a ordem original dessa documentação.

O NPD, através de um instrumento de pesquisa em meio digital, reúne os fundos AER e JMM, de forma que, mesmo estando fisicamente separados, os documentos do projeto de arquitetura possam ser recuperados e a sua proveniência e ordem original mantidas.

A criação de um arranjo físico e lógico, por parte do NPD, não foi uma questão problemática para a recuperação e organização da informação arquivística, e sim uma estratégia eficaz. Thomassem (2006) tem defendido o uso dessa metodologia:

A estrutura lógica ou disposição dos documentos em um arquivo (os quais, em muitos casos, estão agrupados em séries, em dossiês dentro das séries, em documentos dentro dos dossiês) é um reflexo das relações funcionais entre os documentos dos quais estes arquivos são constituídos. A estrutura lógica e a física podem ser a mesma: todos os registros que documentam o mesmo processo de

trabalho podem ser mantidos na mesma prateleira do mesmo armário. Mas geralmente este não é o caso: **o que está fisicamente separado pode estar logicamente agregado e vice-versa** [...]. (THOMASSEM, 2006, p. 09, grifo nosso)

O fato de a estrutura física ser, ou vir a ser, diferente da estrutura lógica não é, por si só, um problema. Para se aperfeiçoar o acesso aos documentos, pode-se representá-los de acordo com suas funções lógicas de reciprocidade, mencionando o lugar, não importa qual, onde estes documentos possam ser encontrados. Tal representação [...] é chamada de instrumento de pesquisa [...]. (THOMASSEM, 2006, p. 10).

Antes de realizar qualquer intervenção arquivística nos fundos AER e JMM, foi necessária a realização de um estudo preliminar para o conhecimento do contexto de produção desses arquivos, identificando as atividades, funções, biografia e história arquivística, culminando, finalmente, na divisão em séries e subséries. As séries, representando categorias criadas de acordo com o tipo de construção, como, por exemplo, a arquitetura religiosa, habitação unifamiliar, habitação multifamiliar, edifícios culturais, edifícios comerciais e administrativos, hospitais e sanatórios, etc. Enquanto as subséries representam o projeto de arquitetura propriamente dito - Museu de Arte Moderna, Sanatório Bela Vista, Cidade Universitária, Ministério de Educação e Saúde Pública etc.

A questão mais importante da realização de um arranjo é a que garante que a identificação e o significado de cada item documental sejam protegidos e revelados aos usuários e pesquisadores. (DANIELS, 2000).

5.1 Descrição e acesso

Descrição arquivística significa escrever sobre o material de arquivo, ou seja, sustenta os objetivos de representar e de classificar os documentos arquivísticos. “O trabalho de um arquivo só se completa com a elaboração de instrumentos de pesquisa, que consistem na descrição e na localização dos documentos no acervo [...]” (PAES, 2002, p. 126) Para BELLOTTO:

A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos de assunto [...]. O assunto, a tipificação das espécies documentais, as datas-baliza, as subscrições, as relações orgânicas entre os documentos e a ligação entre função e espécie, enfim, todos os elementos

ligados às informações de interesse do historiador é que serão objeto do trabalho descritivo. (2004, p. 173-174).

O primeiro instrumento de pesquisa elaborado para a recuperação informacional dos fundos AER e JMM, no início da década de 1990, foi um catálogo, o qual descrevia, analiticamente, os documentos. Atualmente, os documentos são descritos, levando-se em conta as normas de descrição arquivística ISAD(G) e mais, recentemente, a NOBRADE.

A elaboração, primeiramente, de um catálogo, que leva em conta a peça documental, é uma prática comum na organização de arquivos de arquitetura.

Para Fillion (1998, p. 230, grifo nosso):

À semelhança das fotografias ou dos documentos audiovisuais, a unicidade do conteúdo que distingue cada um dos documentos cartográficos ou arquitetônicos é dificilmente descritível no plano da série. Na maioria dos casos, **uma análise à peça parece inevitável para descrever o documento e impedir manipulações inúteis.** Neste contexto, o título, o autor, a data, a dimensão e a escala, a sinalização dos diversos elementos representados no documento como, por exemplo, a presença de edifícios, estradas, montanhas ou de cursos de água são de interesse seguro para a investigação.

Esta afirmação de Fillion significa que a descrição deve chegar até o nível de item documental, pois os documentos arquitetônicos carregam informações e características que só podem ser revelados ao pesquisador de forma individual. Ao contrário, para Rosseau (1998, p. 85, grifo nosso):

A aplicação do princípio da proveniência e o seu resultado, o fundo de arquivo, **levam igualmente o profissional da arquivística a considerar grandes conjuntos de documentos em vez de documentos à peça.** O organismo criador ou a pessoa que reuniu os documentos pelas suas atividades é uma unidade objetiva de agrupamento que junta todos os documentos provenientes de uma mesma origem, criando, deste modo, conjuntos mais fáceis de gerir.

Reforçando essa característica, que está muito presente em arquivos de arquitetura, Fillion afirma:

Além disso, os mapas e planos revestem-se muitas vezes de uma apresentação artística que merece atenção quanto [sic] à análise. O investigador mais interessado pela expressão artística do documento deve poder encontrar na descrição a menção do principal *médium* utilizado (aquarela, lápis, decalque, tinta, feltro, carvão, pastel etc.), do suporte (papel, papel de esquiço, papel de aquarela, vegetal, cartolina, papel velino, tela, filme etc.) ou do tipo de cópias (fotóstato, fotocópia, sépia, ozalide, diazo, fotografia etc.) que caracterizam o documento. (1998, p. 230).

A descrição dos documentos de arquitetura, normalmente, é dificultada pela terminologia específica e símbolos que constam em plantas e outros documentos do projeto arquitetônico. Para não cometer nenhum equívoco ao descrever esses documentos, o arquivista deve, sempre que necessário, recorrer ao auxílio de um especialista, além de, também, se dedicar a um estudo profundo dessa terminologia, com auxílio, sempre que possível, de um vocabulário controlado.

O documento arquitetônico deve ser descrito até o nível de item documental, como frequentemente é feito nos catálogos dos arquivos de arquitetura, porém mantendo-se sempre o contexto orgânico. Ele não deve ser visto, apenas, como um documento isolado, mas uma parte de um todo orgânico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção científica em relação ao campo específico da área de arquivo, como pôde ser constatado através dessa pesquisa, carece de reflexões teóricas, contudo, com a criação da Câmara Setorial de Arquivos de Arquitetura e Engenharia pelo CONARQ (BRASIL, 2006), esse cenário começa a ser mudado no Brasil. O estabelecimento de um fórum permanente para discussão e elaboração de normas e metodologias arquivísticas em arquivos de arquitetura é imprescindível para a gestão e organização desses arquivos especializados.

Os arquivos de arquitetura merecem condições especiais de armazenamento e conservação, devido às grandes dimensões ou formas tridimensionais que possuem, mas, sobretudo, merecem interpretações especiais. A interpretação das informações contidas nesses arquivos são reveladoras de uma atividade específica e fundamental das sociedades, que é a ocupação de diferentes modos do espaço físico e que criam espaços históricos. O próprio modo de representar esses projetos já é expressivo de um pensamento, de uma consciência estética, enfim: uma linguagem própria que cria uma realidade específica e se manifesta também de modo único.

O arquivista só poderá *decodificar* essa informação com um estudo aprofundado de gênese documental e das atividades e funções realizadas pelo arquiteto, e não poderá prescindir da ajuda desse profissional.

A aplicação de princípios arquivísticos nesses arquivos deve ser feita com cautela. Por exemplo, as características físicas dos documentos arquitetônicos (grandes dimensões e

suportes físicos variados) fazem com que ocorram rupturas na ordem original que pode, no entanto, ser reestabelecida com o uso dos instrumentos de pesquisa. Segundo Duchein (1986), a elaboração de instrumentos de pesquisa pode corrigir o rompimento da ordem original dos documentos, sendo criada uma ordenação física e uma ordenação lógica da documentação. Deve-se considerar, contudo, que a aplicação do princípio da ordem original, “ao pé da letra”, poderia trazer sérias consequências para a conservação dessa documentação a longo prazo.

Embora a maior parte dos arquivistas já tenha se deparado com documentos de arquitetura, principalmente com plantas, boa parte não tem o conhecimento da forma como se dá a produção desses documentos nem como se divide o projeto arquitetônico. É através do projeto arquitetônico que se originam vários documentos de arquitetura, que seguem um roteiro pré-estabelecido: estudo preliminar, anteprojeto e projeto de execução. A organização dessa documentação, não respeitando essa ordem, pode trazer uma descontextualização, que culminará em perda de informação. Nem sempre as plantas arquitetônicas possuem identificação que indique essas etapas, por isso a parceria do arquivista com o profissional da arquitetura é de suma importância para aprender a ler e interpretar esses documentos.

Enfim, esta pesquisa não pretendeu esgotar esse tema, o qual é muito importante para arquivistas, historiadores, conservadores e arquitetos. A importância dos arquivos de arquitetura – além das informações neles contidas – está na sua peculiaridade, propondo questões próprias para cada um desses profissionais em suas áreas de atuação. Os arquivos de arquitetura são uma renovada fonte para história a ser desvendada e difundida pelo arquivista.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. 2. ed. São Paulo: ProEditores, 2000, 670 p. il.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. p. 18.

BLANCO, Manuel. Os Arquivos de Arquitectura: relato das iniciativas internacionais. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. **Archivos de arquitectura: documentos para el debate...** [S. l. : s.n.], [s.d.]. p. 59-66.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Portaria nº 80 de 13 de junho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jun. 2006.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, Canadá: Association of Canadian Archivists, n. 43, Spring 1997. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/>> Acesso em: 03 jul. 2007.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998. Disponível em:<<http://www.cpoc.fgv.br/>> Acesso em: 02 dez. 2007.

CRUCES BLANCO, Esther. Normas y disposiciones para el conocimiento de los archivos de arquitectura e ingeniería. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. **Actas del I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura...** Alcalá de Henares: Tf editores, 2004. p. 75-80.

DANIELS, Maygene. Arrangement of Architectural Records. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **A guide to the archival care of architectural records: 19th-20th centuries**. Paris: International council on archives, 2000. p. 65-76. Disponível em:<<http://www.ica.org/>> Acesso em: 03 jul. 2007.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr.1982/ago. 1986.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994. p. 49-64.

FILLION, Chantale. Os tipos e os suportes de arquivo. In: ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol; DUCHARME, J. et. al. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. Cap. 8, p. 227-243.

FONSECA, Maria Odila. Informação, Arquivos e Instituições Arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.1 n.1, jan./jun. 1998.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **A guide to the archival care of architectural records: 19th-20th centuries**. Paris: ICA, 2000.

NIEUWENHUYUSEN, Andrée Van; PEYCERÉ, David. Types of Architectural Records. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **A guide to the archival care of architectural records: 19th-20th centuries**. Paris: International council on archives, 2000. p. 21-40. Disponível em:<<http://www.ica.org/>> Acesso em: 03 jul. 2007.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo Teoria e Prática**. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 228 p.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 388 p.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

Abstract

This article analyzes the application of archival techniques and methodologies in the care of architectural records preserved by the Research and Documentation Center of the Architecture and Urbanism College of the Federal University of Rio de Janeiro. Points out the theoretical reflections and national and international initiatives of the archivists related to concepts and specificities of architectural records. From the archival perspective and considering the archival documents that origin in the functions performed by architect, focuses on problems and difficulties in the implementation of organization and retrieval of information. Discusses the application of the principles of provenance in the architectural records.

Keywords: Architectural records. Specialised archives. Cartographic documents.

Originals recebidos em: 03/10/2010

Aceito para publicação em: 15/12/2010